

ELITES E RETRATOS

UM ESTUDO SOBRE AS GALERIAS DE HONRA DAS MISERICÓRDIAS DE SÃO PAULO E SANTOS

ELITES AND PORTRAITURES

A CASE STUDY OF THE MISERICÓRDIAS'S GALLERIES OF HONOUR (SÃO PAULO E SANTOS)

MARIA BEATRIZ BIANCHINI BILAC | Graduada em Ciências Sociais pela Unesp. Mestre em Antropologia Social pela USP. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Pós-doutorado na Universidade de Oxford (Centre for Brazilian Studies) e na Unicamp. Pesquisadora colaboradora da Unicamp.

RESUMO

Este estudo aborda a relação entre as Misericórdias brasileiras e a história das elites locais, com base nos retratos de seus beneméritos, agregados em suas galerias de honra. Os retratos são vistos como documentos que carregam valor histórico e como uma fonte que oferece o significado de sua presença nas Misericórdias de São Paulo e Santos.

Palavras-chave: elites; retratos; santas casas de misericórdia.

ABSTRACT

This paper presents relationships between the Brazilian *Misericórdias* and the history of local elites. The research is based on the portraits of the benefactors of the Misericórdia aggregated in their galleries of honour. The portraits are regarded as documents that bear historical value, and are a source of information which provides meaning for their presence in the *Misericórdias* of São Paulo and Santos.

Keywords: elites; portraiture; santas casas de misericórdia.

RESUMEN

Este artículo aborda las Misericordias brasileñas y la historia de las élites locales, con base en los retratos de sus beneméritos, agregados en sus galerías de honor. Los retratos son vistos como documentos que contienen valor histórico y como una fuente de información que ofrece el significado de su presencia en las Misericordias de São Paulo y Santos.

Palabras clave: elites; retratos; santas casas de misericórdia.

O DIREITO À IMAGEM: AS GALERIAS DE RETRATOS DAS MISERICÓRDIAS

No estudo sobre as elites tradicionais brasileiras, é necessário destacar o significativo número dos integrantes desse grupo que fizeram parte dos quadros das Misericórdias – desde representantes dos mais altos escalões, como ministros do Império, até ocupantes de cargos do poder local. Os estudos sobre as elites brasileiras mostram a importância do pertencimento desse grupo às instituições outorgáveis de poder e status. No Brasil, no decorrer dos tempos, entre as estratégias de manutenção do poder local das famílias proprietárias ou de elites destacam-se a grande propriedade de terras, casamentos endogâmicos e prole numerosa, a par da ocupação dos cargos-chave nas administrações municipais, regionais e, muitas vezes, nacionais. Esse conjunto de fatores possibilitou a construção de toda uma rede de poder local (Bilac, 2001).

Dessa forma, torna-se importante investigar a questão das elites na Misericórdia, entendendo que o estudo dos retratos desse grupo é uma fonte valiosa para a compreensão dessa temática, desde que o gênero da retratística na sociedade ocidental teve o papel de destacar e distinguir alguns e chamar a atenção para os dotes pessoais de outros. Apesar dos estudos já existentes sobre as elites locais no Brasil, pouca atenção é dada à importância das posições desse exercício de poder no que tange à definição da estratificação social local, regional e até mesmo nacional, possibilitado pela inserção desses grupos nas mais variadas instâncias institucionais, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia.

Este trabalho examina algumas facetas da participação de diferentes grupos sociais em Misericórdias brasileiras, buscando especificadamente compreender o papel dos retratos na formação da memória histórica de uma elite – em particular a elite paulista –, abarcando as galerias de retratos das Misericórdias das cidades de São Paulo e Santos.

Se, por um lado, ao longo da história, a destinação política do retrato propiciou a manutenção do prestígio de poderosos e governantes, por outro esteve ligada a aspectos dos usos e costumes de períodos históricos específicos. Pode-se considerar que, de forma geral, no século XIX, momento em que a retratística se afirma de forma significativa no Brasil, as irmandades leigas se destacam como grandes consumidoras de retratos, homenageando seus fundadores, provedores, grandes beneméritos e demais indivíduos ou grupos de alta consideração em suas sedes. Entre essas irmandades, as da Misericórdia eram sem dúvida as mais poderosas. Os ricos senhores a elas associados destinavam-lhes vultosas doações, granjeando o respeito da população local. Por sua vez, também as instituições de caráter público tinham o hábito de homenagear governantes, colocando suas imagens nas paredes de seus salões.

O patrimônio simbólico dos acervos de museus e instituições das cidades brasileiras apresenta relevantes conjuntos desses objetos carregados de significações que representam importantes fontes documentais. Como bem assinala Micelli (1996), os retratos permitem uma compreensão mais nítida das redes informais de poder das elites brasileiras, ao mesmo tempo em que oferecem um registro e uma representação da autoimagem desse grupo dirigente em fase de afirmação social.

As possíveis conclusões apresentadas por este estudo têm um caráter exploratório. E embora o conjunto de informações a respeito dos acervos em questão tenha limitações, em razão do acesso a eles e das dificuldades de registro sobre os retratos, a abordagem utilizada permite levantar considerações quanto à pertinência desta exploração.

As Misericórdias brasileiras seguiram um padrão organizativo derivado de sua matriz portuguesa. Em Portugal, pintar um retrato ou esculpir a imagem de benfeitores das ordens religiosas ou das irmandades era uma prática comum, como reconhecimento dos indivíduos que se distinguiam pelos serviços a elas prestados, e também uma forma de expressar distinção àqueles que realizavam obras de caridade. No Brasil não foi diferente. Os retratos, geralmente, eram expostos em galerias especiais e demais repartições das santas casas, e esse patrimônio representava aspectos significativos da história dessas instituições, bem como dos grupos e indivíduos que delas faziam parte.

Os retratos tornam-se uma forma de garantia de visibilidade social. Para ter sua imagem na galeria, o eleito era sempre alguém que fazia uma doação ou outro préstimo caritativo relevante e passava, assim, a usufruir do respeito da diretoria e da comunidade local. Também um membro da irmandade, ao ascender a um cargo diretivo, recebia a honra de ser retratado. Sua imagem seria seu retrato oficial, símbolo de sua imortalidade e garantia de autoafirmação perante a sociedade local. Isso se revela verdadeiro para outros tipos de confrarias ou instituições religiosas ou laicas.

Nossa análise reporta-nos a Pommier (2003). Ao investigar as relações entre retrato e poder, o autor considera que estes são dois termos com estreita relação em toda a história da arte moderna. Quando se fala em retrato do poder, fala-se do poder, ou seja, daqueles que devem administrar a sociedade – papa, imperador, rei – e que têm direitos prioritários, entre os quais o direito à imagem. A imagem é, então, privilégio de quem tem direito à história e, por consequência, à fama. Aquele que alcança um posto na história adquire o direito de ser recordado através de sua efígie: o retrato torna-se o principal veículo de manifestação do poder conquistado. O direito à fama está ligado à ideia do justo e só estes merecem a imortalidade recorrendo a um retrato, que evoca características elogiáveis.

O retrato tem um poder exemplar, ou seja, ele não é só a pessoa, mas também sua vida gloriosa, uma vida a ser imitada – ele é carregado de exemplo moral e político. E, importante notar, ultrapassa o culto familiar ou de exaltação do sentimento patriótico, dizendo respeito também à transmissão da cultura.

O retrato, portanto, torna-se um constituidor de identidade social. Nessa direção, West (2004) entende que os retratos ajudam a compreender de que modo níveis específicos da sociedade são percebidos em diferentes momentos sociais, através das indicações que eles apresentam em sua composição. Por meio da vestimenta, dos gestos, das propriedades e outros aspectos, eles dão sinais das características dos indivíduos que representam – se são ricos ou pobres, poderosos ou não – e de elementos indicativos da profissão, classe social ou grupos, clubes ou instituições e associações a que eles pertencem. Esses indicativos de poder e status, por um lado, salientam o valor funcional do retrato e, por outro, influem nas decisões sobre sua compra, disposição e exibição. É fundamental para esta análise a questão

ressaltada tanto por Pommier quanto por West, de que os retratos podem também afirmar ou desafiar hierarquias sociais, na medida em que se tornam meio para a consolidação do poder de quem já o detém e para a ascensão de quem o pretende conquistar.

No caso brasileiro, pode-se apontar o estudo de Cipiunik, que, ao pesquisar o retrato, seu autor e o retratado na pintura fluminense do final do século XVIII ao início do XIX, destaca as santas casas de Misericórdia, ao lado de outras instituições leigas no Brasil, como repositórios privilegiados desse gênero de arte, na medida em que antes de 1830 não houve no país preocupação em estabelecer espaços específicos de exibição artística e nem mesmo a intenção de se criar museus ou galerias abertas à visitação pública de retratos. O autor salienta que os primeiros retratos feitos no Brasil, com representações de personalidades cívicas, pertenceram desde o início às confrarias e irmandades e também aos paços municipais (Cipiunik, 2003, p. 33-35).

As irmandades financiavam a produção de retratos comemorativos, seguindo a tradição da pintura luso-brasileira do final do século XVIII e de todo o século XIX, período em que o retrato burguês se afirma. Esta retratística tem uma natureza pública e documental, e volta-se a exaltar o caráter cívico do cristão na construção da cidade, que é sinônimo de civilização (Migliaccio, 2000). É no século XIX que o retrato passa a ocupar um lugar de destaque no âmbito das artes no Brasil, quando se verifica uma presença maior da pintura erudita ou acadêmica no país. O prestígio social do retrato nas esferas privada e pública tornou-se uma importante fonte de sobrevivência para os artistas. Cresciam as encomendas para a execução de retratos das camadas altas das elites da sociedade e os pintores, nem sempre retratistas por excelência, dedicavam-se cada vez mais a esse mister. Pedro Alexandrino (1864-1942), sobretudo um pintor de natureza-morta, aceitava frequentemente encomendas do gênero, assim como faziam Almeida Júnior, Oscar Pereira da Silva e muitos outros. As gerações posteriores de artistas, a exemplo de Paulo do Valle Júnior (1889-1958) não abandonaram a prática de fazer retratos.

De modo geral, à época, a viabilização de uma carreira artística no Brasil, no que tange à pintura, dava-se dentro dos marcos institucionais dominantes, ou seja, aqueles veiculados pela Escola Nacional de Belas-Artes, e também pela participação regular nos salões anuais. Prêmios de viagem ao país e ao exterior eram componentes para o reconhecimento de uma carreira bem-sucedida. Podem-se destacar como exemplos nesse sentido – entre os artistas que atuaram nas Misericórdias de São Paulo e de Santos –, as trajetórias de José Ferraz de Almeida Júnior e Oscar Pereira da Silva.

Almeida Júnior (1850-1899) ingressou na Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro em 1869 e permaneceu por quatro anos, aí obtendo sete medalhas. Em 1875, foi convidado pelo imperador dom Pedro II para estudar na Europa sob suas expensas. Três anos depois, matriculou-se na École des Beaux-Arts de Paris. Em 1896, estudou em Paris com bolsa do governo de São Paulo. Participou de várias exposições internacionais e nacionais, entre elas: Salões de Paris; Exposições Gerais de Belas-Artes, na Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA), no Rio de Janeiro; e Exposição Internacional Colombiana, em Chicago, onde recebeu medalha de ouro.

Oscar Pereira da Silva (1867-1939) estudou na Academia Imperial de Belas-Artes (RJ), entre 1882 e 1887, e obteve o prêmio de viagem à Europa, estabelecendo-se em Paris de 1889 a 1896. De volta ao Brasil, fixou-se em São Paulo, onde, em 1897, fundou o Núcleo Artístico, origem da Escola de Belas-Artes, no qual viria a lecionar. Tornou-se também professor do Liceu de Artes e Ofícios e participou de várias Exposições Gerais de Belas-Artes (RJ) e dos Salões Paulistas de Belas-Artes, onde obteve em 1933 a grande medalha de ouro.

Na Santa Casa de São Paulo, particularmente, muitos pintores que produziram os retratos dos beneméritos enquadram-se na qualidade de retratistas,¹ a exemplo de Almeida Júnior, Ernst Papf, Tony Koegl, Carlo de Servi, Oscar Pereira da Silva, Paulo do Valle Júnior.

No início do século XX, pintores estrangeiros, sobretudo italianos radicados no Brasil, dedicaram-se à pintura de paisagem e produziram uma obra retratística de grande qualidade, como Carlo de Servi e Pietro Spina, ambos presentes na Misericórdia de São Paulo. Artistas franceses, como Gabriel Biessy – com uma obra nessa mesma Misericórdia –, também recebiam considerável encomenda de retratos no Brasil.

Na Santa Casa de São Paulo, todos os retratos produzidos no século XIX são do tipo 2/3. Essas imagens afirmam o caráter da identidade grupal de uma elite, por meio de sinais que ligam os representados a seu status social, projetando uma imagem sóbria, com gestos e poses que evidenciam características de seriedade, inteligência e sabedoria, virtudes desejáveis em um grupo dirigente e que podem servir de modelo cívico. Tais imagens se distinguem, por exemplo, dos retratos coloniais norte-americanos, os quais se destinam à exaltação das virtudes sociais num contexto familiar e privado, e também daqueles produzidos na América do Norte no início do XIX, quando emergiu um tipo de retrato mais direcionado ao caráter dos interesses nacionais.

No Rio de Janeiro, no século XIX, a produção de retratos voltou-se também de uma forma moderada para o âmbito social, com encomendas feitas por figuras de vulto na hierarquia da corte e grandes fazendeiros do Rio de Janeiro e do vale do Paraíba, para ostentar nos salões de suas casas. Em São Paulo, os barões do café passaram a encomendar seus retratos para serem colocados na sala de visitas de suas residências, onde poderiam dar visibilidade à posição social que haviam conquistado. No início do século XX, retratos femininos, com as personagens pintadas em trajés elegantes, são também exibidos nas residências particulares, como é o caso da imagem da condessa Annie Álvares Penteadó, em destaque na sala de sua mansão em São Paulo, de autoria de Jean Denis Maillart. O retrato masculino, por sua vez, começou a assumir papel mais significativo como registro de personalidades políticas, voltado para repartições, instituições e escritórios.

Ao longo do tempo, praticamente todas as casas burguesas ostentavam pinturas: um retrato na sala de visitas, uma natureza-morta na sala de almoço. A função social do retrato muda e o mercado de arte se amplia, para os artistas brasileiros e estrangeiros, sobretudo italianos, que visitam ou se radicam no Brasil. Esses artistas tiveram presença marcante no

1 Segundo a classificação de Leite (1988).

cenário das artes no estado de São Paulo, em especial na capital paulista. Realizavam com frequência exposições, recebiam encomendas da elite local, circulavam em suas festas e salões, e lograram incluir seus trabalhos nos acervos locais, privados e públicos. E são esses mesmos pintores que também viriam a atuar nas Misericórdias, a exemplo de Karl Ernst Papf, Carlo de Servi e Giuseppe Amisani.

Nas Misericórdias de São Paulo e de Santos, há obras nas quais se observa a figura do retratado sobreposta a um fundo simples ou com representação de ambientes, onde aparecem cortinas, tapetes, mesas, livros, cartas e documentos, em evocação à cultura da personagem, ou ainda objetos de prestígio que indicam a profissão ou a influência social do indivíduo, como medalhas e comendas. Muitas vezes observam-se indicações do empenho do retratado na construção de edifícios ou benfeitorias nas instalações da Santa Casa, a exemplo de cartas de doações e outros símbolos.

No caso de Santos, do total dos retratados, para o período da pesquisa, encontram-se, por ordem numérica, os políticos, seguidos de fazendeiros, médicos e empreendedores ligados às atividades do café. Em São Paulo, a elite representada é composta pela aristocracia rural, particularmente grandes fazendeiros de café, boa parte destes exercendo cargos públicos e políticos. Militares, advogados e médicos também fazem parte desse grupo retratado.

AS ELITES NOS QUADROS DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

Difícil imaginar as cidades brasileiras sem a presença das Santas Casas de Misericórdia. Elas tiveram papel fundamental no processo de colonização do Brasil e sua história no país está profundamente ligada à evolução urbana, social e política da vila colonial, da cidade imperial e da memória republicana. Sua fundação fez-se de acordo com a integração de territórios na vida econômica da colônia e quase sempre o estabelecimento de uma Misericórdia era concomitante ou seguinte ao surgimento de uma cidade.

Esse movimento promoveu a intervenção direta dos empreendedores europeus no âmbito da produção, a partir da legislação das sesmarias e da ordenação dos capitães donatários. Esse grupo foi formado, em grande parte, por fidalgos da pequena nobreza, obedecendo à tradição feudal lusa.

As Misericórdias em Portugal, em suas origens, constituíram-se como associações de leigos e por leigos eram governadas. Fortemente apoiadas pelo poder régio, contaram com privilégios e prerrogativas e se multiplicaram, estabelecendo-se em todas as cidades, vilas e lugares principais do reino. A primeira Irmandade de Misericórdia portuguesa surgiu em Lisboa, sob a égide da Coroa Real, em agosto de 1498, com o nome de Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia. Após um século, já existiam cerca de cem dessas confrarias no território português e mais de cinquenta em suas colônias (Abreu, 2001).

Tanto em Portugal como no ultramar, elas se configuraram como estruturas homogeneizadoras de um vasto império, espacialmente descontínuo, com especificidades tão diversas, que se refletiram de modo decisivo nos modelos institucionais e administrativos adotados.

Portanto, além de organizações dedicadas à assistência, foram também instâncias reguladoras e moralizadoras das comunidades sociais e fundantes de núcleos de poder local. O papel das Misericórdias foi também essencial para o estabelecimento de oligarquias relativamente estáveis em um dado território.

Há que se observar as conexões entre a assistência e as relações de poder.² No caso das diferentes confrarias de origem lusa, a exemplo das Misericórdias, as relações de poder e as ações de caridade estão intrinsecamente interligadas. Essas instituições mantêm ligações com as câmaras legislativas, intendências e partidos políticos, instaurando uma rede de estratégias políticas de alternância do poder, criando também relações de dependência, de concessão e retribuição de favores. Dessa forma, a caridade efetuada por essas instituições afirma e reafirma estratégias de poder. O ato de caridade, entre outras coisas, refere-se a situações de desigualdade social: a pessoa que doa é superior a que precisa de ajuda.

Tanto nas Misericórdias portuguesas como no além-mar, uma série de critérios determinava a possibilidade de ser um membro dessas instituições: os irmãos homens deveriam ser dos mais altos quadros das elites sociais e, nesse grupo, precisaria haver uma distinção entre membros nobres de primeira classe e não nobres.

As regras de admissão deixavam claras as condições para tornar-se um irmão: deveria ser limpo de sangue, livre de toda infâmia, de bom entendimento, sabendo ler e escrever; possuir meios financeiros a fim de acudir a irmandade. Essas regras explicitavam preconceitos de classe, credo, cor, e limitavam o ingresso de vários grupos principalmente à mesa administrativa, concentrando a participação de indivíduos com capacidade econômica e reconhecido prestígio social. Desfrutando dessas condições, essas instituições de caridade se constituíram, primariamente, em arenas decisivas nas lutas pelo poder local, propiciando aos seus membros as chances de prestígio, afirmação social e distinção. Em suma, esse processo acaba se constituindo como instituidor de fronteiras sociais, de gênero, classe ou de grupos étnicos (Sá, 1997a).

Essas confrarias, em síntese, eram universos masculinos, compostos por irmãos nobres, e operavam em *numerus clausus*. Como confrarias de elite, não possibilitavam a participação de um espectro social mais amplo em seus quadros, restando a outros grupos pertencer às irmandades menos cotadas no âmbito dessas associações. Há que se lembrar de que os indivíduos faziam parte de várias associações, além da Misericórdia. Eles participavam delas conforme sua fortuna e posição. Isso significava um investimento múltiplo, diversificado, no sentido de assegurar a inserção social e seu futuro póstumo. Entretanto, é a Misericórdia o “lugar cimeiro” na hierarquia das associações religiosas. E tanto na metrópole como nas colônias as expectativas de participação eram as mesmas (Sá, 2000a).

Contudo, as exigências para o pertencimento a essas irmandades no além-mar apresentavam diferenças em relação à metrópole, adaptando-se muitas vezes às situações locais. De forma geral, elas funcionaram segundo os moldes da metrópole e reproduziram

2 Sobre esta questão, consultar Quiroga (2008); Abreu (2009).

suas características essenciais, mas tiveram de se adaptar muitas vezes às condições locais das colônias (Russell-Wood, 1981).

AS MISERICÓRDIAS NO BRASIL

A fundação das Misericórdias no território brasileiro acompanha todo o período colonial e imperial. A expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1532, originou o primeiro núcleo colonial, no litoral do estado de São Paulo: a vila de São Vicente. Este núcleo vai se estender até o interior, dando origem ao povoado de Santos, fundado por Brás Cubas. Segundo alguns historiadores, em 1543, nesse povoado, foi criada a primeira Santa Casa no Brasil. Em São Paulo, registra-se a criação da Confraria da Misericórdia de São Paulo dos Campos de Piratininga no ano de 1560. A Misericórdia preenchia os seus cargos de direção, de forma esmagadora, pelas gentes socialmente mais categorizadas de cada localidade, que, em geral, acumulavam suas funções com o exercício de outros poderes.

A capitania de São Paulo, no século XVII, era pobre e tinha a agricultura como sua principal fonte de economia, baseada à época na lavoura canavieira. A posse da terra era o fator primordial de atribuição de status social. Associava-se a esse critério a genealogia e as funções que os indivíduos desempenhavam. No Brasil, fazer parte da aristocracia rural era um símbolo máximo de poder e prestígio desde o século XVI. Na hierarquia social, o senhor de engenho ocupava o primeiro plano. No século XVIII, esse grupo passou a se constituir não só como elite econômica, mas também política, por meio da ocupação de importantes cargos. Os senhores de engenho não possuíam necessariamente uma origem nobre e grande parte deles provinha de uma situação mais modesta: muitos tropeiros e comerciantes chegaram a essa posição. A Igreja também foi um canal importante para o ingresso na elite; era grande proprietária de terras, de engenhos e lavouras. Além das propriedades, ela exercia outra grande força social, por meio de suas ordens religiosas, captadoras de capital e fornecedoras de membros para as elites. Dois outros cargos também davam projeção social e política e se constituíam em degraus de ingresso às elites, o de capitão-mor e o de sargento-mor. Foram muitos os casos de o capitão-mor ser senhor de engenho e proprietário de escravos (Rabello, 1980).

Nos quadros da Santa Casa paulistana, no século XVIII, encontra-se um grupo significativo de provedores com as características acima citadas.³ No que tange à Misericórdia de Santos – mesmo com a precariedade dos dados⁴ –, o que existe permite, para o século XIX, algumas caracterizações.

A importância e o desenvolvimento da cidade de Santos só se consolidarão nos meados do século XIX. A conformação de cidade colonial contava apenas com um modesto porto e

3 Sobre a Misericórdia de São Paulo, consultar Mesgravis (1975 e 1976); Carneiro (1986).

4 Em 1928, a Misericórdia de Santos foi, em grande extensão, soterrada pelo deslizamento do monte Serrat. Um novo hospital foi inaugurado em 1945. As atas disponíveis atualmente são as de 1874 em diante. Muito do material que resistiu ao desabamento foi perdido ao longo do tempo, em razão de remoções indevidas, e não há registro de retratos anteriores a 1877, o que não significa, entretanto, que não possam ter existido.

um centro urbano insipiente. Embora tenha sido elevada à cidade no final do período regencial, ainda na metade do XIX não apresentava as condições necessárias para desempenhar a função portuária e não desenvolveu um verdadeiro centro urbano. Sua vocação urbana somente se firma à medida que o porto passa a ter posição central na economia local, na segunda metade do século, época em que o café suplantou o açúcar como principal riqueza de exportação. Desta forma, de modesto exportador de açúcar, assume o posto de comercialização do café. Nesse rastro surge a ferrovia. Porto e ferrovia garantem à cidade sua função comercial, o que a torna porta de entrada do mar e do sertão. Nesse contexto, Santos passa também por uma significativa formulação de políticas públicas voltadas ao sanitarismo e à engenharia (Mello, 2008).

As mesas da Misericórdia de Santos são formadas, no século XIX, em ordem de importância numérica, por fazendeiros, políticos (senadores, deputados, ministros, vereadores), médicos, e empreendedores ligados às atividades do café. Entretanto, ao fazer um corte temporal, algumas características se destacam. Informações obtidas para o período de 1832 a 1880 mostram a predominância de médicos na condição de provedores. Essa composição da mesa diretiva da Santa Casa local pode ser atribuída à política de intervenção sanitaria da época, destacando mais o papel do hospital do que a própria Misericórdia.

Políticos e comerciantes aparecem nas mesas diretivas aproximadamente a partir dos anos de 1840. A elite cafeeira passa a ingressar na irmandade a partir do final do século XIX. É a época da produção do café, da construção da ferrovia e da ampliação do porto. Há um processo de fixação das elites na cidade, em razão de suas atividades comerciais e financeiras ligadas à economia cafeeira, como a criação de bancos, agências de navegação, escritórios de importação e exportação, armazéns etc. Na primeira metade do século XX, compõem as mesas diretivas, por ordem de importância, proprietários rurais, vereadores, políticos (senadores, deputados, ministros), médicos, empreendedores ligados à urbanização, comerciantes e um número reduzido de advogados.

Na Misericórdia de Santos existem atualmente quarenta retratos, o mais antigo é de 1877 e o mais recente, de 1979. Para o período de nossa pesquisa, temos 33 quadros. Os retratos pintados no século XIX, em número de cinco, são todos datados, com identificação do artista e do retratado, sendo três telas de Benedito Calixto, uma de Oscar Pereira da Silva e uma de V. Treffon. Do total dos retratados, no século XIX e metade do XX, em primeiro lugar encontram-se, por ordem numérica, os políticos, seguidos por fazendeiros, médicos e empreendedores ligados às atividades do café. Comerciantes e advogados são muito poucos.

De forma geral, pode-se afirmar que o século XIX propicia um novo momento para as Misericórdias imperiais, ligado às transformações sociais, políticas e econômicas em curso. Após a Independência, elas deixam de ser normatizadas pelas regulações do reino e de sua congêneres lisboeta, mas não perdem sua estreita relação com o poder e passam a funcionar sob a égide do Estado imperial brasileiro, do qual se tornam principal instrumento de intervenção assistencial. Mudam as elites econômicas que delas participavam, e novas demandas no âmbito do atendimento à população lhes são feitas, agora diante de uma sociedade que, ainda extremamente hierarquizada, assume um perfil multifacetado no decorrer do século XIX e no início do XX.

Trata-se de um período de evolução urbana e econômica, com o dinamismo do complexo cafeeiro. Esse dinamismo propicia uma série de transformações socioeconômicas, entre as quais a imigração europeia e a criação de ferrovias financiadas por uma burguesia capitalista emergente que também se projetará nos quadros dirigentes das Santas Casas. Há, no período, um movimento de fundação dessas confrarias que acompanha, entre outros fenômenos, a expansão da fronteira agrícola, de início ao longo do vale do Paraíba e mais tarde a partir da região de Campinas, em direção ao oeste do estado de São Paulo. Em 1855, na província de São Paulo, o número de Santas Casas de Misericórdia era praticamente o mesmo do período colonial, ou seja, três. Em 1871, mais de uma dezena já haviam sido criadas. Embora tenha enfrentado momentos tanto de engrandecimento como de decadência, a instituição nunca deixou de ser um veículo crucial para as elites (Rocha, 2005).

O fazendeiro de café se revestia de novas características. Em vez de uma classe de proprietários rurais em decadência, ocupava funções urbanas de caráter burguês, desdobrando suas atividades de criador de riqueza e apropriação de lucros.

A estrutura social paulista tinha em seus estratos sociais mais privilegiados, em primeiro lugar, os capitalistas (empresários e aqueles que viviam da renda de empréstimos a juros) e os proprietários de imóveis urbanos de aluguel, e muitos entremeavam as duas condições.⁵ Outras categorias aparecem em ordem decrescente, abarcando os profissionais liberais, a exemplo de advogados, professores universitários, engenheiros e médicos, e comerciantes e artesãos. Desse modo, para ascender ou alcançar de alguma forma o status privilegiado das camadas mais altas, posições ocupadas em confrarias e associações, ou mesmo na Guarda Nacional e outras, eram garantias de prestígio social. Informações da época, fornecidas por almanaques, mostram que na cidade de São Paulo, em 1873, havia 25 capitalistas, 19 capitalistas proprietários e 38 proprietários. Do total destes, 27 participavam da Misericórdia local (onze, dez e seis, respectivamente). Em 1883, encontram-se na Misericórdia oito de 14 capitalistas e 43 de 247 capitalistas proprietários. Configura-se um quadro de múltipla participação da elite dirigente paulista nos postos de maior relevância social, econômica e política. As elites paulistanas buscam a participação nos mais diferentes setores: ao mesmo tempo, são membros de confrarias, partidos políticos e ocupam cargos públicos de destaque.

Do grupo dos provedores e irmãos da Misericórdia de São Paulo, na segunda metade do século XIX, a grande maioria participava de mais de três associações ou instituições, sendo as principais: Senado, Supremo Tribunal, secretarias de Estado, Câmara Municipal. Na realidade, esse quadro é bastante semelhante ao do final do século XVIII e início do XIX. O que muda significativamente é o caráter da extração econômica dos indivíduos, como apontado antes, e uma nascente mentalidade burguesa apropria-se de novos canais garantidores de prestígio social.

Em suma, a Misericórdia de São Paulo abrigou, inicialmente no século XVII, um grupo formado por uma elite local descendente (ou ligada por casamento) dos primeiros coloniza-

5 Essa classificação está baseada nos almanaques da época. Ver Carneiro (1986).

dores, ou seja, povoadores, bandeirantes, sacerdotes e alguns comerciantes. No século XVIII, até a Independência, há uma substituição desse grupo pelos portugueses e funcionários administrativos, ao lado de uma parcela maior de comerciantes e personagens ligados às carreiras eclesiástica e militar, porque a Irmandade passa a ser a instituição local particular mais prestigiada pelo poder real (Mesgravis, 1976).

No século XIX, há uma mudança considerável nos seus cargos dirigentes. Após a Independência e durante a segunda metade desse século, os paulistas retomam o poder na Misericórdia e, entre os irmãos e provedores, encontram-se fazendeiros de café, muitos ligados principalmente ao comércio do café e açúcar, e a atividades de importação/exportação, como também banqueiros e empresários. Ao lado destes, figuram médicos e advogados, de forma significativa. Grande parte desse grupo exerceu também funções públicas.

O Brasil estava em um tempo de reconfiguração de poderes, de afirmação de uma elite e de construção de sua autoimagem perante as outras elites que emergem. Lembremos que o período que abarca a metade do século XIX e as primeiras décadas do XX caracterizou-se, incontestavelmente, pelo predomínio e exclusiva representação das elites agrárias. A política era uma esfera que se distinguia pela participação e competição bastante limitadas. Entretanto, no início do século XX, o país passa por mudanças na economia, aprofundadas pelos processos de industrialização e de urbanização. Novos setores sociais emergem e iniciam um movimento de entrada no ambiente social e político. É um período de desafio para as elites econômicas e políticas que vinham dominando o cenário nacional (Bilac, 2001). A partir de 1930, nos centros urbanos há uma multiplicação dos profissionais liberais, oriundos das famílias de classes médias e da própria burguesia, mas eles não integram de maneira decisiva os quadros políticos locais e nem mesmo as mesas diretivas da Misericórdia.

Os princípios hierarquizantes operativos na Misericórdia retratam os valores determinantes nas cidades. Viviam em São Paulo e Santos homens de negócio ricos. Mas eles não foram admitidos no topo hierárquico da instituição. A sucessão de provedores e beneméritos demonstra que os diferentes grupos que procuravam dominar as cidades ocupavam as chefias das Misericórdias locais. Sucedem-se ou coabitam as elites agrárias, políticos, advogados etc. É um mundo não monolítico, mas seus provedores são homens frequentemente com títulos de nobreza e trânsito nas mais diversas esferas do poder. Os provedores foram, também, participantes ativos nos diversos acontecimentos e processos políticos de sua época.

Na Misericórdia de São Paulo existem, atualmente, 190 retratos de benfeitores.⁶ Há 13 produzidos no século XIX, com identificação de artistas e retratados, e somente dois não datados. Não há informações disponíveis que levem a crer na existência de obras no século XVIII. Para a primeira metade do século XX, constam setenta quadros, praticamente todos

6 Esta descrição está baseada nos dados fornecidos pelo Museu da Misericórdia de São Paulo. Tivemos dificuldade para a obtenção de informações sobre os quadros, pois o museu está em fase de reelaboração do inventário dos retratos. Assim, é possível que alguns dados sobre os retratos, principalmente em relação aos artistas, contenham erro de identificação. Em todo caso, significativa parte dos quadros pesquisados contém informações corretas, permitindo uma análise fidedigna.

passíveis de identificação, seja pela data, pelo retratado ou artista (do total dos setenta, três estão sem data e sem identificação do retratado, mas com identificação do artista). Tanto no século XIX como no XX foram contratados pintores de projeção artística internacional ou nacional,⁷ e pode-se destacar que grande parte dos pintores que produziram os retratos dos beneméritos enquadra-se na qualidade de retratistas, a exemplo de Almeida Júnior, Ernst Papf, Tony Koegl, Carlo de Servi, Oscar Pereira da Silva, Paulo do Valle Júnior.

A elite retratada na Santa Casa de São Paulo no século XIX é composta, de um lado, por uma aristocracia rural, que agrupava grandes fazendeiros do café, muitos com títulos de barão e marquês, tendo parte significativa deles exercido cargos públicos e políticos, como o de senador, presidente de província e deputado; e, de outro, por alguns militares, advogados e médicos. Por sua vez, começa a surgir gradativamente uma nova categoria social nos quadros dirigentes, os advogados, que aprofundarão sua presença posteriormente nas mesas da Irmandade. A Faculdade de Direito de São Paulo, implantada em 1827, atraiu estudantes de várias partes do Império e ficou conhecida como o maior laboratório de homens públicos no Brasil, tendo exercido profunda influência na vida cultural e política paulistana, e formado grande parte da elite condutora da Misericórdia durante todo o período imperial. No século XX, o grupo retratado não apresenta mudanças notáveis. Encontram-se, entre os indivíduos representados, ainda em maioria, os fazendeiros de café, com o mesmo perfil político. Merece atenção uma categoria que emerge na Santa Casa, os profissionais liberais, como advogados e médicos. Formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, os advogados ocupam também cargos políticos de projeção (senador, deputado, ministro etc.).

Em suas origens, tanto na metrópole como nas colônias, as expectativas que as confrarias despertavam em seus participantes eram as mesmas. Como visto, elas garantiam, entre outras matérias, a satisfação de necessidades espirituais e o exercício da caridade segundo modelos socialmente aceitos e, por outro lado, a definição de status social. Não é por acaso que os irmãos das Misericórdias em tela, que tiveram direito à fama – na expressão cunhada por Pommier –, são em sua quase totalidade aqueles que se afirmaram como grandes doadores dessas irmandades.

É importante ressaltar mais uma vez que os quadros ingressantes nas Misericórdias coloniais circunscreveram-se à gente “com capacidade econômica e reconhecido prestígio social” (Abreu, 2001, p. 598) e, segundo Boxer (1965), as Misericórdias eram governadas pelos grupos oligárquicos que também dominavam a câmara municipal. Essa situação, no que diz respeito à participação dos grupos oligárquicos na administração das Santas Casas, pouco muda durante o século XIX, no sentido do caráter oligárquico. Vimos que a partir do início do século XX passa a existir um novo desenho das elites, com a entrada de diferentes estratos sociais, e cresce paulatinamente, sobretudo após 1930, nos centros urbanos, a categoria dos

7 Campos Ayres, Almeida Jr., Pedro Alexandrino, Carlo de Servi, Ernst Papf, Oscar Pereira da Silva, Berthe Worms, Pietro Strina, Gabriel Biessy, Giuseppe Amisani, Paulo do Valle Jr., Benedito Calixto, Georgina de Albuquerque, Joaquim Rocha Ferreira.

profissionais liberais, oriundos das famílias de classe média e da própria burguesia, grupo que, entretanto, não integrará de maneira decisiva as mesas dirigentes das Misericórdias.

O caráter seletivo e excludente dessa Irmandade, quanto ao ingresso de seus membros e, conseqüentemente, ao direito de serem retratados, fortalece a ideia de que as galerias de retrato podem ser entendidas como um elemento constituidor de identidade social de uma elite que procurou garantir sua visibilidade social em detrimento dos novos grupos que emergiam. No período compreendido por este estudo, o conjunto de retratos analisados nos permite considerar que estes eram um elemento essencial das estratégias de manutenção do poder das elites tradicionais locais.

CONCLUSÃO

A presente investigação surge do interesse em reunir um conjunto de elementos que, embora ainda dispersos, permitam compreender algumas facetas das relações entre as Misericórdias brasileiras e a história das elites locais.

A análise se baseia em duas ideias centrais. Por um lado, observa-se a irmandade como parte de um processo de organização e reorganização da sociedade em respeito à formação das elites locais, particularmente no que tange à sua ligação com o exercício do poder. Por outro, procura-se compreender a questão tomando por base a produção dos retratos dos beneméritos das Santas Casas, considerando o conjunto destes nas Misericórdias das cidades de São Paulo e Santos. Busca-se entender como esses acervos podem revelar alguns aspectos críticos sobre a metamorfose/continuidade da composição social da cidade e de suas estruturas políticas.

No século XIX, quando a retratística se afirma de forma significativa no Brasil, as irmandades leigas destacam-se como grandes consumidoras de retratos, honrando seus fundadores, provedores, grandes beneméritos e outros indivíduos ou grupos de alta consideração em suas sedes. As Misericórdias, dentre todas elas, eram sem dúvida as mais poderosas.

Para estabelecer as ligações entre as Misericórdias brasileiras e a história das elites locais, tendo como base a produção de retratos de seus beneméritos, procurou-se articular um conjunto de fatores. De um lado, particularizar as Misericórdias como componentes de um processo mais complexo de organização e reorganização da sociedade no que diz respeito à formação das elites. Por outro, apresentar possibilidades e perspectivas de análise sobre o poder da imagem e investigar nexos entre retrato, poder e direito à imagem como um constituidor de identidade e elemento de visibilidade de determinados grupos em um sistema de hierarquia social específico.

Nos acervos das Misericórdias, de forma praticamente exclusiva, os retratados pertenciam a seletos grupos das elites. Esses acervos constituem um espaço de reconhecimento e valorização da memória visual de indivíduos que contribuíram para o desenvolvimento e manutenção desta irmandade. Além disso, os provedores, em sua grande maioria, e outros beneméritos que ocuparam os cargos de maior importância nessas irmandades, foram também figuras ativas de processos políticos e variados acontecimentos importantes de sua

época, possibilitando-lhes trânsito entre os diferentes poderes locais, regionais e mesmo nacional. Assim, o retrato torna-se um constituidor de identidade social. Os símbolos nele evidenciados dão mostras das características e qualidades dos indivíduos nele representados. As imagens afirmam o caráter da identidade grupal das elites locais e delineiam o perfil do tipo exemplar de uma época. O conjunto de quadros em questão neste estudo projeta uma imagem sóbria dos retratados, com posturas que indicam, como se afirmou anteriormente, seriedade, sabedoria e inteligência, virtudes desejáveis a um grupo dirigente e que podem servir de modelo cívico.

Os princípios hierarquizantes operativos das Misericórdias retratam os valores determinantes nos locais onde elas se estabeleciam. Deve-se assinalar que nem todos os beneméritos que praticaram atos de caridade tinham seus retratos produzidos. A par dos provedores, apenas os grandes doadores recebiam esse mérito, uma vez que o valor da doação estava ligado diretamente à honraria mais que à própria caridade. Destaque-se que, a par das elites tradicionais, o ingresso na confraria não era monolítico. Tornava-se também muito atraente para os grupos ou indivíduos em processo de ascensão porque lhes oferecia o revestimento da consagração social. Entretanto, os cargos mais importantes das mesas administrativas eram majoritariamente preenchidos pelos indivíduos socialmente mais categorizados de cada localidade, que, na maioria das vezes, acumulavam-nos com o exercício de outros poderes. Note-se, por exemplo, que viviam em São Paulo e Santos, à época estudada, homens de negócios ricos, mas que não foram admitidos no topo hierárquico dessas irmandades.

No que diz respeito à produção dos retratos, verifica-se que, além dos provedores – estes com direito “natural” à imagem –, são homenageados, em sua esmagadora maioria, aqueles que prestavam significativas ações filantrópicas e, acima de tudo, eram grandes doadores financeiros.

Os retratos são, nesse caso, documentos privilegiados para demonstrar, entre outros diversos elementos, espaços de emergência e consolidação de grupos sociais em determinados momentos de uma sociedade. Funcionam, assim, como indicativo do status dos indivíduos que eles representam. E, como indica West, embora seja importante não ver retratos como mera reflexão das hierarquias sociais, eles podem auxiliar a entender como níveis específicos da sociedade foram percebidos em diferentes períodos da história.

Referências bibliográficas

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos 'lugares de além-mar' na formação do império português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2001.

_____. O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Ed. Carlini e Caniato Editorial, 2009.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Ed. Carlini e Caniato Editorial, 2009.

BILAC, Maria Beatriz B. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba; Campinas: Ed. Unimep; Ed. da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 2001. 169 p. (Coleção Tempo & Memória, n. 17).

_____. Sistema político brasileiro: a reprodução da exclusão. *Revista Impulso*, v. 11, n. 25, p. 9-31, 1999.

BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

CARNEIRO, Glauco. *O poder da misericórdia: a santa casa na história de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1986. 2 v.

CIPIUNIK, Alberto. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. PUC; Edições Loyola, 2003. 149 p. (Coleção Teologia e Ciências Humanas, 13).

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: ArtLivre, 1988.

MELLO, Gisele Homem de. Modernização da cidade de Santos (SP) no século XIX. *eGesta*, Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, 2008.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. 253 p.

_____. A elite cafeeicultora e a estrutura social paulista. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 2., 1974, Araraquara. *Anais...* São Paulo, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 1975, p. 309-325.

MICELLI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGLIACCIO, Luciano. *Mostra do redescobrimento: arte do século XIX – 19th. Century Art*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

POMMIER, Édouard. *Il ritratto: storia e teorie del Rinascimento all'Età dei Lumi*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003.

QUIROGA, Ana Maria. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, publicação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2008.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.

ROCHA, Leila Alves. *Caridade e poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. 163p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As Misericórdias nas sociedades do período moderno. *Cadernos do Noroeste*, v. 15, n. 1-2, p. 337-358, 2001. Série História I.

_____. *Misericórdias, portuguesas no Brasil e brasileiros*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) – Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal, 2000a, p. 117-133. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/4341>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

_____. *As Misericórdias no império português*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP) – 500 anos das Misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração, 2000b, p. 101-133.

_____. Shaping social spaces in the centre and periphery of the Portuguese empire: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century. *Extract from Portuguese Studies*, v. 13, 1997a. Edited by the Department of Portuguese King's College London.

_____. Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 1997b. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/4311>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

WEST, Shearer. *Portraiture*. United Kingdom: Oxford University Press, 2004. 256 p. (Oxford History of Art).

Recebido em 20/6/2013
Aprovado em 8/7/2013